



**ESCOLA  
PROFISSIONAL  
ALVITO**

# PLANO DE CONTINGÊNCIA



**EPA-DP-PC-01**



## ÍNDICE

<b>I – ENQUADRAMENTO GERAL DO PLANO .....</b>	<b>3</b>
<b>1. ÂMBITO E OBJETIVOS .....</b>	<b>3</b>
<b>2. CRIAÇÃO DE ESTRUTURA DE GESTÃO DO PLANO .....</b>	<b>3</b>
<b>3. ATIVAÇÃO DO PLANO.....</b>	<b>3</b>
<b>II – PREVENÇÃO, MONITORIZAÇÃO E RESPOSTA .....</b>	<b>4</b>
<b>1. PREVENÇÃO E MONITORIZAÇÃO .....</b>	<b>4</b>
<b>2. MOBILIZAÇÃO DA RESPOSTA .....</b>	<b>5</b>
<b>III – ASPETOS MÉDICOS .....</b>	<b>6</b>
<b>1. DEFINIÇÃO DE CASO SUSPEITO .....</b>	<b>6</b>
<b>2. TRANSMISSÃO DA INFEÇÃO.....</b>	<b>6</b>
<b>3. EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO.....</b>	<b>6</b>
<b>IV – PROCEDIMENTOS ESPECÍFICOS.....</b>	<b>7</b>
<b>1. PROCEDIMENTO NUM CASO SUSPEITO.....</b>	<b>7</b>
<b>2. PROCEDIMENTO DE VIGILÂNCIA DE CONTACTOS PRÓXIMOS.....</b>	<b>8</b>
<b>V – PLANO DE COMUNICAÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>VI – RESPONSABILIDADES NO ÂMBITO DO PLANO .....</b>	<b>9</b>



## **I – ENQUADRAMENTO GERAL DO PLANO**

### **1. ÂMBITO E OBJETIVOS**

O “Plano de Contingência da Escola Profissional de Alvito” pretende antecipar e gerir o impacto do atual surto de doença por Coronavírus SARS-CoV-2, agente causal da COVID-19, denominado doravante COVID-19, na Escola Profissional de Alvito e, em particular, em todos os que nela exercem funções.

O objetivo principal do Plano de Contingência é preparar a escola para gerir o risco de infeção e enfrentar eventuais casos de doença, minimizando a sua transmissão e o seu impacto na escola e na comunidade.

O presente plano foi preparado com base nas orientações da Direção-Geral da Saúde e tem os seguintes objetivos:

- Reduzir o risco de contaminação nos locais de trabalho;
- Assegurar o funcionamento dos órgãos e serviços da escola;
- Envolver as entidades oficiais que possam garantir o apoio em caso de pandemia;
- Gerir a informação, interna e externa.

O Plano de Contingência é aprovado pela Direção Pedagógica.

### **2. CRIAÇÃO DE ESTRUTURA DE GESTÃO DO PLANO**

A gestão da situação de eventual pandemia é da Direção Pedagógica.

As suas funções são:

- Divulgar o Plano de Contingência entre todos os que exercem funções na escola;
- Coordenar as atividades e monitorizar o cumprimento do Plano de Contingência;
- Decidir sobre a gestão estratégica face à evolução da situação epidemiológica;
- Gerir o processo de comunicação interna e externa;
- Informar as autoridades de saúde.

### **3. ATIVAÇÃO DO PLANO**

O Plano de Contingência é ativado por determinação da Direção Pedagógica, sendo, a cada momento, ponderada a abrangência das medidas face aos dados disponíveis.

O Plano de Contingência é desativado pela Direção Pedagógica, com base nas orientações da Direção-Geral da Saúde (DGS) e visa o restabelecimento das atividades normais da escola. Com



esta desativação devem ser definidas medidas de regresso à normalidade, mas com a minimização do risco a longo prazo.

## **II – PREVENÇÃO, MONITORIZAÇÃO E RESPOSTA**

### **1. PREVENÇÃO E MONITORIZAÇÃO**

A prevenção e monitorização inicia-se com a aprovação do presente plano e inclui as seguintes medidas:

- a) acompanhamento das orientações transmitidas pela Direção-Geral da Saúde;
- b) divulgação de informação relativa ao COVID-19;
- c) divulgação de medidas preventivas (higienização das mãos; etiqueta respiratória; procedimentos de colocação de máscara cirúrgica; procedimentos de conduta social);
- d) identificação dos serviços essenciais ao funcionamento da escola;
- e) identificação dos funcionários responsáveis pelo atendimento que, pelas suas atividades/tarefas, poderão ter um maior risco de infeção pelo COVID-19;
- f) reforço e dispersão pelos espaços da escola de soluções antissépticas de base alcoólica ;
- g) aquisição de máscaras, termómetros auriculares e de outros instrumentos necessários à prevenção e combate à contaminação;
- h) reforço da higienização das casas de banho (após limpeza regular deverá ser utilizado desinfetante) e de superfícies mais manuseadas (p. ex.: maçanetas de portas, corrimãos e teclados dos computadores);
- i) identificação das salas de isolamento: na **sede – sala n.º 4** e no edifício da **Praça da República – sala n.º 13**. Esta área está equipada com: telefone móvel a colocar quando se verifique o isolamento; cadeiras para descanso e conforto, enquanto se aguarda a validação de caso e o eventual transporte pelo INEM; kit com água; contentor de resíduos (com abertura não manual e saco de plástico com espessura de 50 ou 70 micra); solução antisséptica de base alcoólica; toalhetes de papel; máscara (s) cirúrgica (s); luvas descartáveis; termómetro; antipiréticos. Próximo destas áreas, existem instalações sanitárias devidamente equipadas, nomeadamente com doseador de sabão e toalhetes de papel, para a utilização exclusiva de quem apresenta sintomas/Caso Suspeito; Na escola da sede, a casa de banho a utilizar é a dos alunos; na escola da Praça, é a que está junto da sala 13. Ficarão para uso exclusivo após ser detetado um caso suspeito.



Para todos aqueles que tenham regressado de áreas com transmissão comunitária ativa ou que tenham efetuado escala nessas áreas (as áreas de transmissão ativa podem ser consultadas em [www.dgs.pt](http://www.dgs.pt)), nos últimos 10 dias, independentemente de apresentarem sintomas sugestivos de doença respiratória, têm a obrigação de contactar o SNS24 através do **808 24 24 24**, informando sobre a sua história de viagem e de seguirem as orientações que vierem a ser indicadas.

Todos aqueles a quem for recomendado, pelo SNS24, algum período de quarentena têm a obrigação de informar a sua situação à Direção Pedagógica da escola.

Estas medidas aplicam-se a todos aqueles que exerçam funções na escola, abrangendo também as empresas externas.

## **2. MOBILIZAÇÃO DA RESPOSTA**

A mobilização da resposta deve ser ativada quando for identificado um aluno, professor ou não docente suspeito de estar infetado por COVID-19. De igual modo, deve ser ativada quando for confirmado caso suspeito de colaborador que exerça funções com carácter de regularidade na escola, abrangendo também as empresas/entidades externas. Por último, deve ser ainda ativada caso existam orientações da Direção-Geral da Saúde nesse sentido, independentemente de confirmação de caso suspeito na escola.

A mobilização da resposta pode incluir, entre outras, as seguintes medidas:

- a) acionamento da área de isolamento;
- b) definição dos postos de trabalho que possam ficar temporariamente desativados (designadamente, os que implicam atendimento ao público) e os respetivos funcionários sejam dispensados de comparecer ao trabalho;
- c) determinação de casos em que se justifique o trabalho à distância, com recurso a meios tecnológicos de informação e comunicação;
- d) restrição de reuniões presenciais, no âmbito dos serviços da escola, ao mínimo essencial;
- e) comunicação aos funcionários dos procedimentos sobre justificações de faltas no caso de ausência relacionada com o COVID-19;

Estas medidas aplicam-se a todos aqueles que exerçam funções nos espaços da escola, abrangendo também as empresas externas.

A Direção Pedagógica pode, por iniciativa própria, determinar a definição de medidas adicionais relativas ao funcionamento da escola.



### **III – ASPETOS MÉDICOS**

#### **1. DEFINIÇÃO DE CASO SUSPEITO**

A definição seguidamente apresentada é baseada na informação disponível, à data, no Centro Europeu de Prevenção e Controlo de Doença Transmissíveis (ECDC) e foi definida pela Direção-Geral da Saúde como aquela que deve ser adotada pelas instituições:

- Critérios clínicos: infeção respiratória aguda (febre, tosse ou dificuldade respiratória) requerendo ou não hospitalização.
- Critérios epidemiológicos: história de viagem para áreas com transmissão comunitária ativa nos 14 dias anteriores ao início dos sintomas ou contacto com caso confirmado ou provável de infeção por COVID-19, nos 14 dias anteriores ao início dos sintomas ou caso tenha estado em instituição de saúde onde são tratados doentes com COVID-19.

#### **2. TRANSMISSÃO DA INFEÇÃO**

Considera-se que a COVID-19 pode transmitir-se:

- Por gotículas respiratórias (partículas superiores a 5 micra);
- Pelo contacto direto com secreções infecciosas;
- Por aerossóis em procedimentos terapêuticos que os produzem (inferiores a 1 micron).

A transmissão de pessoa para pessoa foi confirmada e julga-se que esta ocorre durante uma exposição próxima a pessoa com COVID-19, através da disseminação de gotículas respiratórias produzidas quando uma pessoa infetada tosse, espirra ou fala, as quais podem ser inaladas ou pousar na boca, nariz ou olhos de pessoas que estão próximas.

O contacto das mãos com uma superfície ou objeto com o COVID-19 e, em seguida, o contacto com as mucosas orais, nasal ou ocular (boca, nariz ou olhos), pode conduzir à transmissão da infeção.

#### **3. EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO**

A decisão de utilização de máscaras em permanência, designadamente, para pessoas com infeções respiratórias, poderá ser recomendada pelo Direção Pedagógica, tendo em conta a evolução da crise e as recomendações das autoridades de saúde.



## **IV – PROCEDIMENTOS ESPECÍFICOS**

### **1. PROCEDIMENTO NUM CASO SUSPEITO**

Qualquer aluno, professor, não docente ou outro colaborador com sinais e sintomas de COVID-19 e ligação epidemiológica, ou que identifique alguém da escola com critérios compatíveis com a definição de caso suspeito deve informar a Direção Pedagógica, preferencialmente por via telefónica (925001538 ou 284480060), e dirigir-se para a área de “isolamento”, divulgada neste plano.

Sempre que possível, deve ser assegurada a distância de segurança do doente (superior a 1 metro). Quem acompanhar o doente deve colocar, momentos antes de se iniciar esta assistência, uma máscara cirúrgica e luvas descartáveis, para além do cumprimento das precauções básicas de controlo de infeção quanto à higiene das mãos, após contacto com o doente.

O doente (caso suspeito de COVID-19), já na área de “isolamento”, contacta o SNS 24 (**808 24 24 24**) e deve colocar a máscara cirúrgica (se a sua condição clínica o permitir). Deve ser verificado se a máscara se encontra bem ajustada (ou seja: ajustamento da máscara à face, de modo a permitir a oclusão completa do nariz, boca e áreas laterais da face. Em homens com barba, poderá ser feita uma adaptação a esta medida - máscara cirúrgica complementada com um lenço de papel). Sempre que a máscara estiver húmida, deve ser substituída por outra.

Após avaliação, o SNS 24 informa o doente:

- Se não se tratar de caso suspeito de COVID-19: define os procedimentos adequados à situação clínica do doente;
- Se se tratar de caso suspeito de COVID-19: o SNS 24 contacta a Linha de Apoio ao Médico (LAM), da Direção-Geral da Saúde, para validação da suspeição.

Desta validação o resultado poderá ser:

- Caso Suspeito Não Validado. O SNS 24 define os procedimentos habituais e adequados à situação clínica do doente e este informa a Direção Pedagógica;
- Caso Suspeito Validado. A Direção Pedagógica é informada de um caso suspeito validado e toma os seguintes procedimentos: o doente deverá permanecer na área de “isolamento” (com máscara cirúrgica, desde que a sua condição clínica o permita), até à chegada da equipa do INEM, ativada pela DGS, que assegura o transporte para o



hospital de referência, onde serão colhidas as amostras biológicas para testes laboratoriais. Neste caso, é expressamente interdito o acesso à área de “isolamento”, exceto de pessoal devidamente equipado, até à validação da descontaminação pela Autoridade de Saúde Local. A Direção Pedagógica determinará a limpeza e desinfecção da área de isolamento, bem como do local de trabalho do doente e determinará o armazenamento dos resíduos do doente, que devem ser segregados e enviados para operador licenciado para gestão de resíduos hospitalares com risco biológico.

## 2. PROCEDIMENTO DE VIGILÂNCIA DE CONTACTOS PRÓXIMOS

Considera-se “contacto próximo” alguém que não apresenta sintomas no momento, mas que teve ou pode ter tido contacto com um caso confirmado de COVID-19. O tipo de exposição do contacto próximo determinará o tipo de vigilância.

O contacto próximo com caso confirmado de COVID-19 pode ser de:

- “Alto risco de exposição” é definido como alguém do mesmo posto de trabalho (gabinete, sala, secção, zona até 2 metros) do doente ou que esteve face-a-face com o caso confirmado ou que esteve com este em espaço fechado ou ainda que partilhou com o caso confirmado loiça (pratos, copos, talheres), toalhas ou outros objetos ou equipamentos que possam estar contaminados com expetoração, sangue, gotículas respiratórias;
- “Baixo risco de exposição” (casual) é definido como alguém que teve contacto esporádico (momentâneo) com o caso confirmado (ex. em movimento/circulação durante o qual houve exposição a gotículas/secreções respiratórias através de conversa face-a-face superior a 15 minutos, tosse ou espirro) ou que prestou assistência ao caso confirmado, desde que tenha seguido as medidas de prevenção (ex. utilização adequada da máscara e luvas; etiqueta respiratória; higiene das mãos).

O período de incubação estimado da COVID-19 é de 2 a 12 dias. Como medida de precaução, a vigilância ativa dos contactos próximos decorre durante 14 dias desde a data da última exposição a caso confirmado.

A vigilância de contactos próximos com “alto risco de exposição” implica:

- monitorização ativa pela Autoridade de Saúde Local durante 14 dias desde a última exposição;
- não se deslocar à escola esses 14 dias;





- auto monitorização diária dos sintomas da COVID-19, incluindo febre, tosse ou dificuldade em respirar;
- restringir o contacto social ao indispensável;
- evitar viajar;
- estar contactável para monitorização ativa durante os 14 dias desde a data da última exposição.

A vigilância de contactos próximos com “baixo risco de exposição” implica:

- auto monitorização diária dos sintomas da COVID-19, incluindo febre, tosse ou dificuldade em respirar, a qual deve ser efetuada duas vezes por dia.

Se nenhum sintoma surgir nos 14 dias decorrentes da última exposição, a situação fica encerrada para efeitos de prevenção e combate ao COVID-19.

## **V – PLANO DE COMUNICAÇÃO**

A Direção Pedagógica preparará um plano de comunicação com a identificação dos alvos da comunicação e conteúdo da informação:

- a) Aos Diretores de Turma para explicarem o plano a cada turma sob a sua responsabilidade;
- b) A todos os Professores;
- c) Aos Coordenadores dos Não Docentes para explicarem o plano aos colaboradores que coordenam.

## **VI – RESPONSABILIDADES NO ÂMBITO DO PLANO**

Para além das responsabilidades já referidas, compete:

- Aos Diretores de Curso, Diretores de Turma, Professores, Coordenadores do Pessoal não Docente e Não Docentes, colaborar na deteção e gestão de eventuais situações de infeção

Alvito, 10 de março de 2020

A Direção Pedagógica

---